

# Orientações para o desenvolvimento do Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS)

SGAS FAS Anexo C

<b>1.</b>	<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>4</b>
1.1	Finalidade	5
<b>2.</b>	<b><u>NORMAS APLICÁVEIS</u></b>	<b>6</b>
<b>3.</b>	<b><u>TERMINOLOGIA CHAVE</u></b>	<b>6</b>
<b>4.</b>	<b><u>PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PAAS)</u></b>	<b>7</b>
<b>5.</b>	<b><u>APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DOS UNGPs PARA ATRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE RESPONSABILIDADE POR UM IMPACTO ADVERSO</u></b>	<b>8</b>
5.1	Atribuição de responsabilidades	9
5.2	Navegando na árvore de decisão	11
5.3	Endereçando os impactos de forma proporcional a responsabilidade determinada	15
5.4	Estabelecendo e usando influência	17
5.4.1	Avaliando a influência	17
5.4.2	Construindo influência	19
<b>5.</b>	<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b>22</b>
<b>6.</b>	<b><u>APÊNDICE A MODELO DO PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PAAS)</u></b>	<b>24</b>

## Acrônimos e abreviaturas

Sigla	Descrição
A&S	Ambiental e Social
AP	Áreas Protegidas
BM NAS	Normas ambientais e sociais do Banco Mundial
CLPI	Consentimento livre, prévio e informado
DDAS	Due Diligence Ambiental e Social
DDDF	Due Diligence de Direitos Humanos
DH	Direitos Humanos
ESSA	Avaliação do sistema de gestão social e ambiental
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
HWC	Conflito Humano com a Vida Selvagem
MQM	Mecanismo de queixas e manifestações
OSC	Organização Não-Governamental
PCAS	Plano de Compromisso Social e Ambiental
PAAS	Plano de Ação Ambiental e Social
PICT	Povos indígenas e comunidades tradicionais
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
TdR	Termos de Referência
UNGPs	Princípios orientadores das Nações Unidas na relação empresas e direitos humanos

## Histórico do documento

Versão	Revisão	Preparado por	Revisado por	Aprovado por	Data	Comentários

## 1. INTRODUÇÃO

As *Due Diligence* Ambientais e Sociais (DDAS) e de Direitos Humanos (DDDHH) devem ser conduzidas pela equipe do Sistema de Gestão Ambiental e Social da FAS (SGAS FAS), ou por consultores independentes contratados, e realizadas sempre de maneira integrada e articulada com as organizações parceiras potenciais.

Conforme estabelecido no SGAS FAS devem cumprir satisfatoriamente o mapeamento, análise, atribuição de responsabilidades e proposição de ações relacionadas aos impactos adversos<sup>12(000)</sup> em projetos propostos para receber apoio financeiro da FAS.

Sempre que possível as DDAS e as DDDHH<sup>3</sup> serão conduzidas de forma integrada, considerando que frequentemente impactos adversos A&S e de DH estão interconectados. Assim, neste documento utilizaremos apenas o termo DDAS devendo ser compreendido como o processo de *due diligence* que engloba ambos os aspectos A&S e de DH.

Cada DDAS parte do mapeamento das partes interessadas relevantes ao contexto do projeto e dos impactos adversos ambientais e sociais (A&S), e sobre direitos humanos<sup>4</sup> (DH). Estes impactos adversos podem ser potenciais ou reais, estar direta ou indiretamente, integral ou parcialmente relacionados à atuação (atual ou histórica) da organização parceira, às atividades previstas no projeto por ela proposto, ou pode ser não vinculados à ela (contextuais).

Com base nos resultados do DDAS, é desenvolvido um Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS) que lista as ações necessárias para prevenir e mitigar impactos adversos potenciais e reparar impactos adversos reais A&S e de DH. O PAAS seguirá as normas aplicáveis e de forma proporcional aos níveis de responsabilidade identificados da organização parceira pelos impactos mapeados no DDAS.

A importância desta etapa fica evidente dada a complexidade dos contextos em que os projetos apoiados financeiramente pela FAS estão inseridos. Por exemplo, muitos projetos financiados pela FAS atuam em áreas protegidas, onde as organizações parceiras potenciais podem ter apenas um mandato parcial, limitado, subordinado ou complementar, tendo controle e influência limitados sobre os impactos adversos.

Atividades e instalações no contexto do projeto podem ser construídas ou operadas por terceiros relacionados ou não relacionados à organização parceira e podem representar riscos de impactos adversos substanciais. Por isso precisam ser avaliados e tratados em conformidade com a norma NAS1 do Banco Mundial de forma proporcional à sua importância<sup>5</sup> e à responsabilidade da organização parceira.

Em casos em que a organização parceira tenha influência limitada, será necessário estabelecer sua capacidade de incidir na entidade causadora<sup>6</sup> dos impactos adversos, esclarecendo seus limites e exclusões.

<sup>1</sup> A opção pela qualificação **adversos** para qualificar os impactos **relevantes** que constam do DDAS, DDDHH e PAAS se deve ao fato de que os projetos tendem buscar impactos positivos e utilizam os termos impacto ou impacto desejado, esperado, alcançado ou similares nos seus reportes.

<sup>2</sup> Para efeito deste documento, quando não especificado, deve-se considerar que o termo **impactos adversos** engloba tanto os potenciais (riscos) como os reais (materializados). O modelo proposto de PAAS sugere que sejam elaborados quadros separados para impactos adversos potenciais e reais

<sup>3</sup> A não ser em situações em que a organização parceira já realize o DDAS e o DDDHH de forma separada, ou que a complexidade ou especificidade do projeto, exigência do doador, exija *due diligences* separadas.

<sup>4</sup> Impactos adversos sobre direitos humanos incluem: abusos, violações, omissões, lacunas de atuação, entre outras formas.

<sup>5</sup> Para avaliar a significância dos riscos A&S e de DH identificados, é necessário estimar tanto o impacto potencial (consequências se o risco ocorrer) quanto a probabilidade (a probabilidade de ocorrência do risco) para cada risco identificado. A probabilidade deve ser atribuída considerando o número de incidentes ocorridos nos últimos cinco anos e a perspectiva das partes interessadas sobre incidentes futuros. O impacto/consequência deve ser definido com base na escala/extensão; magnitude/gravidade; sensibilidade para as pessoas afetadas e/ou preocupação das partes interessadas; duração e reversibilidade.

<sup>6</sup> Quando um organização parceira potencial puder estar causando ou contribuindo para um risco A&S, ela será obrigada a tomar medidas para prevenir e mitigar esse risco e usar sua influência com outras partes que possam estar contribuindo para o risco. Quando um organização parceira potencial estiver vinculada a um determinado risco A&S, deve documentar seus

Considerando ciclo de vida dos projetos no SGAS FAS, o PAAS é inicialmente submetido pela organização parceira ainda na condição de organização parceira **potencial**. Em caso de decisão positiva de investimento e formalização do contrato, esta passa a ser uma organização parceira<sup>7</sup>.

Vale ressaltar que o PAAS é um documento vivo que, conforme o ciclo de vida dos projetos estabelecido no SGAS FAS, é parte do desenvolvimento da proposta completa do projeto e pode ser atualizado sempre que necessário, com a realização de DDAS complementares ou não.

Assim sendo, ao longo da implantação de projetos impactos adversos potenciais podem acontecer ser inicialmente categorizados como **vinculados** (à organização parceira) e, posteriormente, serem recategorizados para **“com contribuição”** (da organização parceira).

Os Princípios Orientadores das Nações Unidas (UNGPs) estabelecem um quadro para avaliar, prevenir, mitigar impactos adversos potenciais e reparar impactos adversos reais sobre direitos humanos, cuja abordagem também pode ser aplicada para A&S.

Isso é essencial, pois nem sempre as organizações parceiras potenciais são responsáveis, as principais ou as únicas, por impactos adversos mapeados no contexto de projetos. O DDAS também mapeia impactos adversos relacionados a terceiros e a abordagem dos UNGPs ajuda a estabelecer a responsabilidade da organização parceira em relação a estes.

Os impactos adversos que não são causados pela organização parceira, mas estão vinculados à ela, podem ser avaliados por meio do uso da abordagem dos UNGPs e indicar como um mandato ou influência pode ser usado para agir ou adotar as ações necessárias.

## 1.1 Finalidade

O objetivo da DDAS é mapear todos os impactos adversos e estabelecer o nível de responsabilidade da organização parceira em relação a eles.

O PAAS tem por objetivo organizar a responsabilidade de agir conforme estabelecido nos UNGPs em um plano acionável, contendo ações específicas para cada impacto adverso mapeado e informações que permitam acompanhar e documentar sua implantação.

Este documento fornece orientações para contribuir com a elaboração das DDAS e com desenvolvimento dos PAASs, os procedimentos para a determinação da responsabilidade pelos impactos adversos A&S e de DH mapeados.

O quadro 1 traz a definição dos tipos de impactos adversos que podem ser mapeados pela DDAS.

### Quadro 1 - Definição dos tipos de impactos adversos que podem ser mapeados pelo DDAS

Tipo de impacto adverso	Definição
Potenciais (riscos)	São eventos futuros que <b>podem</b> ocorrer e causar danos ou prejuízos. São incertos, mas precisam ser considerados e avaliados para que ações preventivas possam ser tomadas.

melhores esforços por meio dos quais procurou influenciar outros a mudar suas práticas com impactos adversos.

<sup>7</sup> Para efeito deste documento utilizaremos apenas o termo organização parceira que representará ambas as status do relacionamento com a FAS.

Reais (materializados)	São eventos que <b>já ocorreram</b> e causaram danos ou prejuízos concretos e demandam reparação efetiva. Seus efeitos podem ser observados e quantificados.
Históricos	São eventos adversos que ocorreram no passado, antes do início da atuação da organização parceira (ou do projeto) no território ou contexto.
Contextuais	São impactos que não tem relação com a organização parceira (ou do projeto) no território ou contexto; sendo muitas vezes decorrentes de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais estruturais.
Contínuos	São impactos que se manifestam de forma prolongada no tempo, podendo ter efeitos cumulativos e de difícil reversão.
Recorrentes	São impactos que se repetem ao longo do tempo, podendo ser causados por eventos cíclicos ou por falhas sistêmicas em identificar e incidir sobre as causas-raiz (condicionantes subjacentes)

## 2. NORMAS APLICÁVEIS

O manual FAS SGAS apresenta a lista completa das normas aplicáveis para que devem ser consideradas na DDAS e no desenvolvimento e revisão do PAAS, em especial as descritas a seguir. Essas normas devem constar nos termos de referência (TdR) da DDAS, quando realizados por consultores:

- Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial (2017), especialmente:
  - Notas de orientação sobre BM NAS1 (BM, 2018);
- Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP, 2011):
  - Em particular, UNGPs 17-22.

## 3. TERMINOLOGIA CHAVE

O quadro 2 abaixo detalha os principais termos usados nesta orientação para o desenvolvimento do PAAS.

**Quadro 2 - Terminologia chave**

Termo	Definição
<b>Território</b>	A área ou recortes geográficos nos quais as atividades do programa têm o potencial de criar mudanças A&S. Pode ser uma área protegida ou um conjunto de áreas protegidas, mas também poder se tratar do estado como um todo ou ainda um ou mais municípios, compreendendo espaços nos quais são estabelecidas relações e ações de apropriação pela sociedade.

<b>Atividades / instalações associadas</b>	Instalações ou atividades que <b>não são financiadas</b> como parte do projeto e são: <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Direta e significativamente relacionadas ao projeto;</li> <li>■ Realizadas ou planejadas para serem realizadas durante a vigência do projeto; e</li> <li>■ Necessárias para que o projeto seja viável e não teriam sido construídas, expandidas ou realizadas se o projeto não existisse.</li> </ul> Para que as instalações ou atividades sejam instalações associadas, elas devem atender a todos os três critérios.
<b>Organização parceira potencial</b>	Organização que submeteu uma proposta inicial ou completa de projeto para receber apoio financeiro direto da FAS.
<b>Organização parceira</b>	Organização que está em acordo contratual com a FAS e recebendo apoio financeiro direto da FAS para um (ou mais) projeto(s)
<b>Projetos e atividades relacionadas</b>	Todas as atividades <sup>8</sup> relacionadas ao projeto ou partes interessadas que são planejadas, implantadas ou supervisionadas pela organização parceira e seus parceiros e subcontratados.
<b>Influência</b>	De acordo com os UNGPs é a capacidade de efetuar mudanças nas práticas com impactos adversos A&S e de DH de uma entidade que causa um dano.
<b>Reparação</b>	A maneira pela qual um direito é aplicado ou satisfeito por um tribunal ou outra autoridade, quando algum dano ou prejuízo, reconhecido pela sociedade como um ato ilícito, é infligido a um indivíduo.
<b>Partes interessadas</b>	Qualquer indivíduo ou grupo direta ou indiretamente afetado por uma atividade do projeto.

#### 4. PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PAAS)

Na sequência da conclusão da DDAS, deverá ser desenvolvido um PAAS, organizando as ações propostas para endereçar os impactos adversos mapeados, detalhando a natureza, definindo níveis de responsabilidade, prazos, responsabilidade pela implantação, orçamento necessário, condições associadas, meios de verificação da implantação/efetividade, e documentação.

O PAAS descreverá as ações necessárias e as medidas organizacionais a serem implantadas para reduzir impactos adversos e ampliar as chances do projeto ser bem-sucedido:

- Priorização das ações de acordo com a avaliação e, na medida do possível, distinguindo entre:
  - **Ações críticas:** ações de alta prioridade e de curto prazo a serem integradas à proposta na qualidade de ações anteriores (*prior actions*);
  - **Ações iniciais:** ações que devem ser implantadas imediatamente após o início do período de financiamento (ou o mais rapidamente possível);
  - **Ações prioritárias:** ações que devem anteceder uma determinada atividade do projeto;
  - **Ações condicionantes:** ações que precisam ser realizadas para que sejam liberados repasses ou autorizadas obras;

<sup>8</sup> O PAAS deve cobrir atividades diretamente financiadas pelo FAS e outras que guardem relação com o projeto proposto, tendo em consideração as orientações deste documento.



- **Ações estruturantes:** ações que criam condições para a implantação do projeto; e
  - **Ações regulares:** demais ações que devem integrar o PAAS.
- Indicação dos padrões aplicáveis, instrumentos e documentos adicionais de salvaguardas a serem considerados como quadro de processo de acordo com o BM NAS5 ou qualquer outro relevante para a implantação da ação de forma consistente.
  - Definição de responsabilidades da pessoa autora do PAAS na implantação das ações recomendadas e indicação da organização responsável primária<sup>9</sup>.
  - Estabelecimento de prazos realistas para a conclusão das ações que, em alguns casos poderão ser associados ou condicionados à sua conclusão: (i) antes da aprovação, (ii) antes da assinatura do contrato, (iii) antes do primeiro desembolso, (iv) durante a fase inicial ou (v) antes do início de uma construção ou atividade específica relevante.

O Apêndice A apresenta o modelo proposto de PAAS. O PAAS deve indicar o nível de responsabilidade da organização parceira. Este nível de responsabilidade condiciona o dever de agir, a proporcionalidade da ação a ser tomada e poderá ser revisado ao longo da implantação do projeto.

Quando a organização parceira estiver vinculada a impactos adversos causados por terceiros, o PAAS deve delinear as ações para a organização parceira e pode indicar ações para influenciar a(s) parte(s) relevante(s), principalmente as causadoras dos impactos adversos, ou ainda recomendar ações para construir a influência necessária para incidir sobre as parte(s) relevante(s) para atuarem sobre o impacto adverso.

## 5. APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DOS UNGPs PARA ATRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE RESPONSABILIDADE POR UM IMPACTO ADVERSO

Os UNGPs são um conjunto de princípios orientadores para prevenir, abordar e reparar impactos adversos sobre direitos humanos cometidos em atividades, e fornecerem uma abordagem sobre a atribuição de responsabilidade pelos impactos adversos sobre direitos humanos mapeados durante o processo de DDAS.

Os princípios orientadores das Nações Unidas se organizam em três pilares, "*proteger, respeitar e reparar*", que estabelecem o dever de *proteger* os direitos humanos, a responsabilidade de *respeitar* os direitos humanos e a necessidade de fornecer *reparação* para as vítimas de abusos e violações de direitos humanos.

De acordo com os UNGPs, 'responsabilidade' não é uma declaração de culpa por danos. "Responsabilidade" envolve o reconhecimento de uma conexão entre um impacto adverso e as atividades, produtos ou serviços de uma organização – independentemente do papel que a organização possa ter desempenhado nesse impacto – e a expectativa social correspondente de que a organização deve tomar as ações apropriadas em resposta, dependendo do papel específico que desempenha. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas fornecem orientações sobre a forma de estabelecer a responsabilidade sob a forma de uma ligação existente entre uma organização e um impacto adverso.

A FAS reconhece que os projetos propostos para seu financiamento, ainda que não se tratem de operações comerciais ou empresariais, são frequentemente configurados de forma similar ao descrito nos Princípios Orientadores das Nações Unidas, em que as organizações parceiras potenciais tem apenas controle e influência limitados sobre o contexto em que pretendem incidir. Essa limitação é

<sup>9</sup> Organização principal motivadora ou causadora do impacto adverso.



caracterizada por um modelo de co-gestão no qual terceiros que operam no mesmo território, atuam nas mesmas temáticas, de maneira complementar ou interrelacionada, comandatos específicos, como os órgãos de estado responsáveis únicos pela aplicação da lei, comando e controle, gestão territorial etc.

Neste contexto institucional faz sentido estabelecer responsabilidades por impactos adversos A&S e de DH, com a abordagem proposta pelos UNGPs. As seções seguintes fornecem orientações adicionais sobre a aplicação do quadro de participação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas para a atribuição de responsabilidades.

A FAS espera que as organizações parceira potenciais utilizem sua influência, sempre que possível, para evitar e mitigar os impactos adversos A&S e de DH causados por terceiros relacionados às suas atividades que integram projetos apoiados financeiramente pela FAS e outros impactos adversos não relacionados (contextuais).

Isso inclui envidar seus melhores esforços para influenciar terceiros à implantar os padrões aplicáveis listados no SGAS FAS. Os capítulos 5.2.1 a 5.2.3 aprofundam o conceito de influência e orientam como usá-lo.

## 5.1 Atribuição de responsabilidades

De acordo com o Princípio 19 dos UNGPs, a organização parceira deve compilar as conclusões de suas avaliações de impacto em todas as funções e processos relevantes, e tomar as ações apropriadas para prevenir e mitigar os impactos adversos A&S e de DH. Quando ocorrem impactos adversos, deverão ser adotadas ações necessárias para lidar com os danos proporcionais de acordo com o nível de envolvimento.

Os UNGPs fornecem uma abordagem para entender a conexão com o impacto, assim uma organização parceira ou outra parte interessada pode:

**Causar:** Causar um impacto adverso diretamente por meio das próprias ações ou omissões da organização parceira.

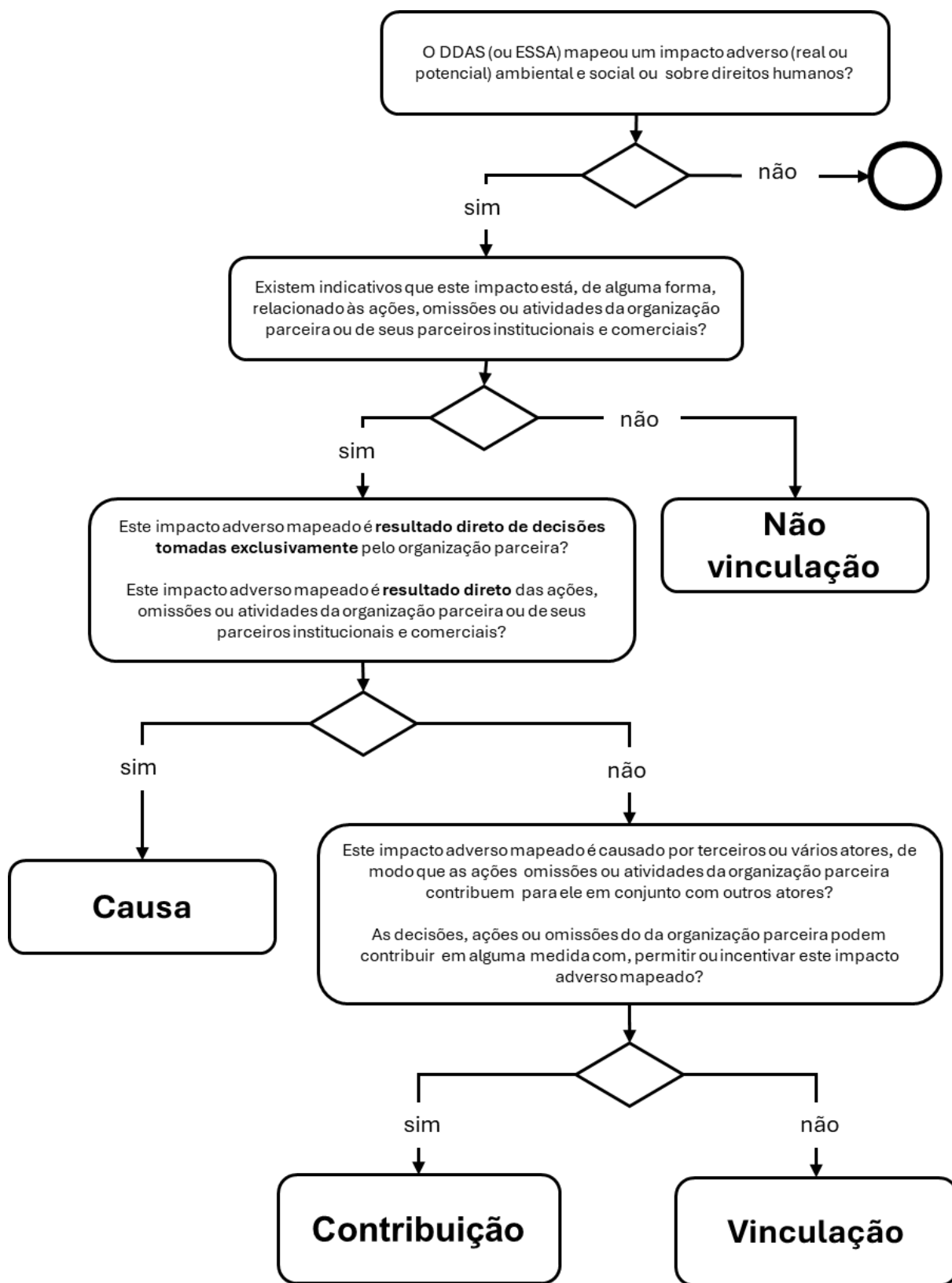
**Contribuir:** Facilitar, viabilizar ou incentivar impactos causados por terceiros, o que significa que as ações da organização parceira e de terceiros combinadas resultam no impacto adverso.

**Estar vinculada:** A ligação é estabelecida por meio de uma **conexão direta** entre as ações da organização parceira e seus relacionamentos institucionais e comerciais causam o dano.

**Não estar vinculada:** Nos casos em que for identificado que a organização parceira **não tem relação** com o impacto adverso A&S ou de DH.

A árvore de decisão apresentado na Figura 1 visa ajudar a atribuir o nível de envolvimento ou responsabilidade para uma determinada questão A&S e de DH com base na abordagem dos UNGPs.

**Figura 1** Árvore de decisão para estabelecer a responsabilidade por riscos e impactos adversos com base na abordagem dos UNGPs



## 5.2 Navegando na árvore de decisão

A árvore de decisão apresentada na Figura 1 pode ser usada como uma ferramenta de apoio para estabelecer em que nível a organização parceira e outras partes interessadas (identificadas durante o mapeamento das partes interessadas da DDAS) são responsáveis, nos termos dos UNGPs, pelos impactos adversos A&S e de DH mapeados.

Isto permite determinar a obrigação de agir e a proporcionalidade da ação no PAAS. O diagrama ainda orienta o estabelecimento da responsabilidade, ajudando a determinar se o impacto é causado, tem contribuição ou vinculação à organização parceira.

Para avaliar a importância dos impactos adversos A&S e de DH mapeados, é necessário estimar tanto o impacto potencial quanto a probabilidade para cada risco identificado. A probabilidade costuma ser atribuída considerando o número de incidentes ocorridos nos últimos cinco anos e a perspectiva das partes interessadas sobre incidentes futuros. O impacto ou a consequência devem ser definidos com base na escala e extensão, magnitude e gravidade, tendência e sensibilidade para as pessoas afetadas ou preocupação das partes interessadas, duração e reversibilidade.

As questões orientadoras apresentadas a seguir complementam a ferramenta e devem ser utilizadas, para navegar pela árvore de decisão e determinar o nível de responsabilidade de uma organização em um impacto adverso.

É notório que queixas anônimas também são matéria de avaliação, mesmo não tendo a qualificação do denunciante.

### *Orientação para a Pergunta 1: A DDAS (DDDH) mapeou um impacto adverso ambiental e social ou sobre direitos humanos (real ou potencial)?*

*As seguintes questões de apoio devem ser consideradas, ao responder à primeira pergunta da árvore de decisão:*

- Foi mapeado impacto adverso de qualquer tipo (ver quadro 1) A&S e de DH no contexto do projeto a ser financiado diretamente pela FAS?
- Quais direitos humanos ou outros padrões aplicáveis não foram observados?
- Quem são as partes afetadas (ou potencialmente afetadas)?
- A situação das partes afetadas (ou potencialmente afetadas) está abaixo dos padrões internacionais relevantes A&S e de DH?
- Qual é a natureza do dano e suas causas raiz?
- Que ações tomadas (ou não tomadas) por quais atores, supostamente causaram, podem causar ou contribuir para o dano?

O quadro 3 fornece exemplos de impactos adversos típicos sobre os direitos humanos e que podem ajudar a identificar tal ocorrência.

### **Quadro 3 - Impactos adversos típicos sobre os direitos humanos**

Riscos típicos	Exemplos de direitos humanos garantidos por normas internacionais relevantes (não exaustiva)

Os povos indígenas ou populações tradicionais perdem suas terras ou acesso à terra quando uma Terra Indígena ou área protegida é demarcada ou criada sem seu consentimento livre, prévio e informado (CLPI)	Direito à terra e aos recursos naturais Direito à autodeterminação Direito à sobrevivência cultural Direito de não ser removido à força de terras ou territórios Direito de acesso à reparação Direito à vida
Discriminação por qualquer fator (origem, idade, sexo, orientação, religião, raça, idade)	Direito à autodeterminação Direito à não discriminação e à não violência
Refugiados climáticos	Direito à saúde Direito ao trabalho Direito à água Direito à vida Direito a um nível de vida adequado Direito à sobrevivência cultural
Despejo forçado de comunidades que vivem em uma área protegida ou terra indígena	Direito à propriedade Direito à moradia Direito a um nível de vida adequado Direito de não ser removido à força de terras ou territórios
As restrições (voluntárias e involuntárias) de acesso impedem que as comunidades locais colem água, lenha, caça e pesca, abertura de novas áreas para a agricultura tradicional afetando seus meios de autoabastecimento e saúde.	Direito à saúde Direito ao trabalho Direito à água Direito à vida Direito a um nível de vida adequado Direito à sobrevivência cultural
Conflito Humano com a Vida Selvagem (HWC)	Direito à vida Direito à saúde Direito à terra e aos recursos naturais
Os agentes das forças de segurança usam poder desnecessário ao patrulhar ou policiar atividades em uma área protegida ou Terra Indígena, incluindo agressão e violência de gênero.	Direito à vida Liberdade de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante
Riscos de segurança para agentes ambientais outros agentes públicos e lideranças locais de áreas protegidas ou terras indígenas quando confrontados com atividades ilegais (caça furtiva, mineração ilegal, extração de madeira, tráfico de drogas).	Direito à vida Direito a condições justas e favoráveis de trabalho
Conflito, incluindo confrontos violentos, entre comunidades que foram deslocadas de uma área protegida e agora estão competindo por recursos escassos e falta de oportunidades para assegurar sua sobrevivência	Direito à vida Direito à alimentação Direito à água Direito à saúde
Riscos relacionados à desigualdade de gênero (por exemplo, sub-representação das mulheres na concepção e tomada de decisões do projeto, retaliação à participação das mulheres e assédio sexual por parte da equipe do projeto).	Direito à não discriminação e à não violência

Se após a análise das questões de apoio a resposta a primeira pergunta for “**sim**”, recomenda-se a avaliação de impacto adverso A&S e de DH. A análise permitirá atribuir responsabilidade.

### *Orientação para a*

*Pergunta 2: Existem indicativos que este impacto está, de alguma forma, relacionado às ações, omissões ou atividades da organização parceira ou de seus parceiros institucionais ou comerciais?*

*As seguintes perguntas de apoio ajudam a estabelecer se a organização parceira diretamente ou através de seus parceiros institucionais ou comerciais estão relacionadas a um impacto adverso:*

- Os impactos adversos estão diretamente relacionados à atuação histórica ou presente da organização parceira ou de seus parceiros institucionais ou comerciais?
- As atividades que podem dar origem ao impacto estão dentro do escopo do projeto proposto para ser apoiado financeiramente pela FAS?
- Os impactos adversos podem ser potencializados pela implantação do projeto proposto?

Se a resposta a essas perguntas de apoio for “**sim**”, recomenda-se uma avaliação de impacto adverso A&S e de DH. Resta estabelecer se se trata de uma relação direta (de causa) ou parcial (de contribuição) ou indireta (de vinculação).

Se a resposta a essas perguntas for “**não**”, então sugere-se a ausência de relação com impacto adverso A&S e de DH. Neste contexto, não há obrigação de avaliação, e esta é classificada como de “**não vinculação**”.

A confirmação desta situação pode ser realizada com as perguntas listada a seguir.

- O impactos adversos mapeados existem e devem continuar existindo independentemente da implantação do projeto ou da atuação da organização objeto da análise?
- O passivo, em termos de impacto mapeado, pode ser caracterizado como “sem relação com o escopo do programa da FAS” ou do projeto a ser financiado por ele?
- O impacto adverso de mapeado está relacionado aos **passivos históricos ou demandas de reparação histórica**, relacionados a impactos que ocorreram **antes** do início da atuação da organização parceira naquele território ou contexto?
- O impacto adverso mapeado está relacionado a processos de resolução ou reparação sem relação com o financiamento da FAS, mas que não foram implantados, não foram implantados integralmente ou de forma suficiente ou eficiente?
- O impacto adverso mapeado está relacionado a questões estruturais (e.g. políticas públicas) equivocadas ou mal implantadas?

Se as respostas à estas perguntas forem “**sim**”, reforça-se a percepção de impacto adverso **contextual** sem indicativos de uma relação com a organização objeto da análise, ao projeto a ser financiado ou ao programa da FAS.

Isto não significa que os impactos adversos A&S e de DH **não vinculados** não tenham consequências na implantação do projeto proposto.

Na mesma linha, é necessário considerar que ainda que não haja responsabilidade objetiva à organização parceira; ela pode ser ainda percebida como “cúmplice” dos impactos adversos **não vinculados** causados.

*Orientação para a Pergunta 3: Este impacto adverso mapeado é resultado direto de decisões tomadas exclusivamente pela organização parceira? Este impacto adverso mapeado é resultado direto das ações, omissões ou atividades da organização parceira?*

*Para determinar se um impacto adverso é resultado direto de ações ou decisões da organização parceira, deve-se considerar as seguintes questões de apoio:*

- O impacto é resultado **direto** de ações, decisões ou omissões tomadas de forma monocrática, unilateral, lideradas, determinadas ou ordenadas pela organização parceira?

Se a resposta a pergunta acima for “**sim**”, de acordo com os padrões aplicáveis, sugere-se a relação de causa com impacto adverso A&S e de DH e fica estabelecida a obrigação de agir.

Se outros atores estiverem envolvidos no impacto adverso mapeado e a resposta for “**não**”, isso deve ser considerado como uma relação parcial (**contribuição**) ou indireta (**vinculação**).

*Orientação para a Pergunta 4: Este impacto adverso mapeado é causado por terceiros ou vários atores? As ações de omissões ou atividades da organização parceira contribuem para ele em conjunto com a atuação de outros atores? As decisões, ações ou omissões da organização parceira podem contribuir, em alguma medida, permitir ou incentivar este impacto adverso mapeado?*

*Se a organização parceira não estiver dando causa, é necessário estabelecer se há relação parcial ou indireta entre ela e o impacto adverso mapeado.*

- A organização parceira realizou ações que, quando combinadas com as ações de outras partes, podem contribuir (ou contribuíram) para o impacto adverso mapeado?
- As decisões, ações ou omissões da organização parceira criaram (ou podem criar) condições ou incentivar o impacto adverso mapeado?
- A organização parceira foi consultada ou alertada sobre o impacto adverso mapeado e se furtou a atuar ou se omitiu de opinar a respeito?
- O impacto adverso mapeado é decorrente de decisões colegiadas com a participação da organização parceira?
- O impacto adverso mapeado é causado por decisões colegiadas em espaços de participação incentivados, apoiados ou secretariados pela organização parceira?
- O impacto adverso mapeado é causado por uma ou mais organizações do relacionamento institucional ou comercial da organização parceira que atuam no escopo do projeto sob gestão ou supervisão da organização parceira?
- A organização parceira falhou ao comunicar de forma clara e consistente os padrões aplicáveis do SGAS FAS para a sua rede de parceiros institucionais ou comerciais?
- A DDAS da organização parceira para sua rede de parceiros institucionais e comerciais não conseguiu prevenir ou mitigar o impacto adverso mapeado?
- A organização parceira não realizou ou não utilizou os resultados das DDAS e DDHH para tomar decisões de formalização de parcerias institucionais (e.g. MoU) ou comerciais (e.g. contratos e subcontratos)?

Se a resposta às perguntas acima foi majoritariamente “**sim**”, deve-se considerar um cenário que indica **contribuição** da organização parceira ao impacto adverso mapeado. Se a maioria das respostas for “**não**”, é mais provável que se trate de uma situação de **vinculação**.

Essa análise não é estática. Nem sempre as linhas são claras e as respostas objetivas ou definitivas. A interpretação da pessoa responsável pela análise, resultado de algumas perguntas, pode indicar **contribuição** ou **vinculação**. Esses fatores precisam ser considerados em conjunto para chegar a uma conclusão.

Usando o princípio da precaução, quando houver dúvida, deve-se considerar que se trata de uma relação de contribuição.



### 5.3 Endereçando os impactos adversos de forma proporcional à responsabilidade determinada

Uma vez que o envolvimento (responsabilidade) é estabelecido, considerando a abordagem proposta pelos UNGPs, as organizações parceiras devem atuar para prevenir impactos adversos potenciais e para mitigar ou reparar os impactos adversos reais aos quais deram causa ou com o qual contribuíram ou estão vinculadas sob o UNGP22. Também devem, dentro do possível, atuar para prevenir outros impactos adversos não vinculados mapeados por meio de sua influência.

O PAAS deve propor ações que estarão claramente associadas a cada impacto adverso mapeado e atribuído à organização objeto da análise na proporcionalidade do seu nível de responsabilidade, considerando a importância ou relevância do impacto mapeado.

Nos casos em que organização parceira **causa** o impacto adverso, ela deve:

- Interromper a atividade (ou a omissão) que está causando o impacto adverso mapeado
- Comunicar imediatamente à FAS pelos canais estabelecidos
- Se o impacto infringir alguma lei, comunicar o órgão fiscalizador ou regulador competente
- Envolver-se externamente com as partes afetadas para ajudar a determinar a solução apropriada
- Entender as causas raiz (razões subjacentes) do impacto adverso e propor ações para evitar sua continuação ou recorrência
- Analisar as condições de suas operações em outras localidades que possam dar origem a um impacto semelhante, e propor ações para evitar sua continuação ou recorrência
- Articular com organizações parceiras institucionais ou comerciais o apoio necessário para as ações de reparação aprovadas pelas partes
- Garantir recursos para a reparação aprovada
- Agir tempestivamente para implantar as ações aprovadas e para reparar os eventuais danos
- Monitorar e avaliar se a reparação foi efetivamente realizada
- Comunicar as partes interessadas sobre o ocorrido, as ações adotadas e, ao término da intervenção, os resultados alcançados
- Incluir ações de prevenção, mitigação ou reparação conforme exigido pelas normas aplicáveis e boas práticas internacionais no PAAS
- Documentar e reportar o ocorrido.

Quando a organização parceira estiver **contribuindo** para um determinado impacto adverso A&S e de DH, ela também será obrigada a adotar ações (proporcionalmente à extensão da contribuição) e usar sua influência com outras partes que possam estar contribuindo para o impacto adverso de forma a ser efetiva na prevenção, mitigação ou reparação.

Neste caso é necessário avaliar se o impacto adverso é de alguma forma resultado de falhas de *due diligence* da organização parceira com terceiros na sua rede de relacionamentos institucionais ou comerciais que deram causa ao impacto mapeado.



Nos casos em que organização parceira **contribui** com impacto adverso, ela deve:

- Interromper sua parte ou contribuição na atividade (ou a omissão) que está dando causa ao impacto adverso mapeado,
- Comunicar imediatamente à FAS pelos canais estabelecidos,
- Usar (e, quando necessário, criar) influência para encorajar ou exigir que as partes relevantes:
  - interrompam as atividades que estão causando o impacto adverso,

cumpram com suas responsabilidades para reparar os danos,

- Interagir com as organizações que coletivamente dão causa para determinar conjuntamente as soluções apropriadas;
- Entender as causas raiz (razões subjacentes) que causaram o impacto adverso e propor ações para evitar sua continuação ou recorrência.
- Se responsabilizar pelas ações na proporcionalidade da sua contribuição ao impacto adverso,
- Analisar as condições em outras partes de suas operações que possam contribuir com um impacto semelhante e tomar ações para evitar sua continuação ou recorrência,
- Articular com organizações parceiras institucionais ou comerciais envolvidas para a composição do apoio necessário para as ações necessárias,
- Garantir recursos para a reparação aprovada na proporcionalidade da sua contribuição ao impacto adverso,
- Agir tempestivamente para implantar as ações aprovadas e reparar os eventuais danos na proporcionalidade da sua contribuição ao impacto adverso,
- Monitorar e avaliar se a reparação foi efetiva,
- Comunicar as partes interessadas sobre o ocorrido e as ações adotadas,
- Documentar e reportar o ocorrido.

Para impactos adversos que **não são causados ou contribuídos pela organização parceira**, determinar a ação apropriada tende a ser mais complexo e depende de uma variedade de fatores, como a importância do impacto, influência e capacidade de incidência.

Se não está claro se os impactos adversos são contribuídos ou vinculados à organização parceira, recomenda-se buscar especialistas externos adicionais para apoiar sua avaliação.

Quando a influência é baixa ou não existe, o PAAS pode incluir ações para construir ou aumentar a influência da organização parceira. Estratégias para estabelecer e usar a influência são abordadas na próxima seção.

Quando a organização parceira estiver **vinculada** a um determinado risco A&S e de DH, ela será obrigada a documentar seus melhores esforços por meio dos quais procurou influenciar outros a mudar suas práticas com impactos adversos A&S e de DH.

O PAAS deve propor ações compatíveis com o nível de responsabilidade da organização parceira, que no caso de vinculação é baixo, sendo as ações normalmente na esfera de influência. Ainda assim, recomenda-se:

- Comunicar imediatamente a FAS pelos canais estabelecidos,
- Ampliar a compreensão de sua responsabilidade em relação ao impacto adverso e testá-la com partes interessadas externas selecionadas,

- Colocar-se à disposição, na medida do possível, às organizações que coletivamente causaram o impacto para buscar ou apoiar soluções apropriadas,
- Analisar as condições de suas operações, em outras localidades, que possam estar vinculadas a um impacto adverso semelhante,
- Usar (e, quando necessário, criar) influência para encorajar ou exigir que as partes relevantes:
  - interrompam as atividades que estão causando o impacto adverso,
  - cumpram com suas responsabilidades para reparar os danos,
- Buscar a influência de terceiros com legitimidade e mandato para abordar os impactos junto às organizações que causaram ou que contribuem e, quando apropriado, buscar que eles reparem os danos,
- Documentar seus melhores esforços.

Embora a organização parceira não tenha responsabilidade limitada sob os UNGPs, no caso de vinculação, ela pode voluntariamente optar por fazê-lo por outros motivos.

## 6. ESTABELECENDO E USANDO INFLUÊNCIA

Os Princípios Orientadores das Nações Unidas se referem à influência como um meio para encorajar terceiros a interromper atividades que causem impactos adversos, ou incentivá-los a reparar os danos ocorridos. As organizações parceiras, que estão vinculadas a um impacto adverso, devem, portanto, avaliar sua influência com o terceiro e usá-la para tais fins.

A influência pode ter várias fontes, como contratuais (e.g., disposições escritas em contratos entre a organização parceira e terceiros), experiência (e.g., quando a relação com a organização parceira é valorizada pelo terceiro como parceiro), colaborativo (e.g., quando a organização parceira pode oferecer ajuda a terceiros na gestão A&S e de DH).

A FAS exige que suas organizações parceiras utilizem sua influência sempre que possível para evitar e mitigar os impactos adversos A&S e de DH. Isso inclui garantir a implantação de todos os padrões aplicáveis e orientações do SGAS FAS.

### 6.1 Avaliando a influência

As perguntas apresentadas na Quadro 4 podem ajudar a avaliar se a organização parceira tem influência sobre parceiros de implantação e terceiros.

**Quadro 4 - Questões orientadoras para avaliação de influência**

Tópico principal e questão norteadora	Perguntas de apoio
<b>Relacionamento:</b>  Até que ponto esse terceiro provavelmente se envolverá com a organização parceira e tomará ações significativas para resolver as preocupações porque valoriza seu relacionamento com esta organização?	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ O que o terceiro valoriza principalmente em seu relacionamento com a organização parceira?</li> <li>■ Este é um relacionamento de longo prazo ou pontual?</li> <li>■ Qual a importância do projeto como fonte de financiamento para este parceiro?</li> <li>■ O terceiro seguiu orientações da organização parceira sobre questões A&amp;S e se envolveu, de forma construtiva, quando a organização parceira levantou preocupações?</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>A organização parceira tem acesso a tomadores de decisão do terceiro?</li> </ul>
<p><b>Capacidade do terceiro:</b></p> <p>O terceiro tem o compromisso e a capacidade de gerenciar os impactos adversos mapeados?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quão forte é a compreensão do terceiro sobre impactos adversos? O parceiro tem o conhecimento técnico para gerenciar impactos adversos?</li> <li>O terceiro já possui estrutura de governança ou institucional para gerenciar impactos adversos?</li> <li>O terceiro assumiu algum compromisso público relevante para essas questões ou tem um histórico em relação aos impactos adversos?</li> <li>O terceiro tem recursos financeiros disponíveis para pagar por ações de prevenção, mitigação ou reparação?</li> <li>O terceiro tem autoridade ou controle para adotar ações significativas para lidar com os impactos adversos, ou há outras partes que precisam estar envolvidas? Existem barreiras para o terceiro adotar ações significativas para lidar com os impactos adversos?</li> <li>O risco ou impacto requer uma abordagem colaborativa?</li> </ul>
<p><b>Influência colaborativa:</b></p> <p>Existem outros atores que podem ser aliados da organização parceira para gerenciar os impactos adversos mapeados?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem outros atores ou financiadores envolvidos no programa que compartilham os compromissos da organização parceira com o gerenciamento dos impactos adversos?</li> <li>Existem outros atores (e.g., OSCs, agências governamentais, associações setoriais, empresas) que provavelmente compartilharão as preocupações da organização parceira e que podem usar sua influência com os terceiros?</li> </ul>
<p><b>Especialização:</b></p> <p>A organização parceira sabe quais ações, tomadas por quem, seriam eficazes para prevenir, mitigar ou reparar impactos adversos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A organização parceira tem experiência anterior com esses atores?</li> <li>A organização parceira tem experiência anterior no gerenciamento de problemas semelhantes?</li> <li>Existem recursos confiáveis ou especialistas que podem ajudar a informar quais ações precisam ser tomadas?</li> <li>O terceiro valoriza a experiência da organização parceira no gerenciamento de impactos adversos?</li> <li>Existem relacionamentos com especialistas externos que a organização parceira poderia facilitar para apoiar o terceiro a gerenciar impactos adversos de forma eficaz?</li> <li>Existem outras formas de assistência técnica ou consultiva que a organização parceira poderia fornecer ou facilitar ao terceiro?</li> </ul>
<p><b>Influência financeira:</b></p> <p>Até que ponto é provável que o terceiro se envolva e tome ações significativas porque é do seu interesse financeiro fazê-lo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quão dependente é o terceiro de um relacionamento financeiro com a organização parceira?</li> <li>O término do relacionamento com o terceiro enviaria um sinal para outras organizações da rede de relacionamentos institucionais ou comerciais de que a não observação dos padrões aplicáveis poderia afetá-las financeiramente?</li> </ul>
<p><b>Influência sobre terceiros:</b></p> <p>Qual é o nível de influência sobre terceiros relevantes?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A organização parceira está disposta a se envolver diretamente com o terceiro?</li> <li>É provável que o terceiro valorize a experiência da organização parceira?</li> <li>O terceiro é dependente de parceiros que são dependentes da organização parceira?</li> <li>O contrato do terceiro com a organização parceira tem cláusulas contratuais que ajudariam a gerenciar o risco de maneira suficiente?</li> </ul>

Dependendo de como as perguntas de apoio acima forem respondidas em relação a uma ação do PAAS, será estabelecido se a organização parceira tem influência necessária sobre um terceiro responsável principal por um impacto adverso A&S e de DH ou não.

Se a organização parceira tiver influência para incentivar o terceiro a agir para prevenir, mitigar ou reparar o impacto adverso, ele deve exercê-la. No entanto, pode ser que se conclua que a organização parceira tem pouca ou nenhuma influência sobre o terceiro, sendo necessário construir influência.

## 6.2 Construindo influência

Sendo constatada falta de influência da organização parceira sobre um terceiro que está causando ou pode causar impacto adverso A&S e de DH, recomenda-se que, se possível, a organização parceira construa influência.

Pode haver maneiras da organização parceira aumentar sua influência, por meio de capacitação, monitoramento e avaliação, requisitos contratuais, outros incentivos e restrições aos terceiros, ou ainda colaborando com outros atores que tenham influência.

5 fornece uma série de exemplos de diferentes maneiras pelas quais a organização parceira pode tentar construir influência sobre um terceiro, ou maneiras específicas pelas quais a organização parceira pode usar sua influência. Estas recomendações servem como inspiração para desenvolver ações para construir influência e incluí-las no PAAS.

**Quadro 5 - Ações possíveis para construir influência com terceiros**

Fonte de influência	Possíveis ações
<b>Contratual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Exigir (ou incentivar) a adesão</b> aos padrões aplicáveis da organização parceira, padrões do setor ou padrões internacionais que vão além dos requisitos mínimos legais, inclusive como condição precedente para contratação.</li> <li>▪ <b>Exigir (ou incentivar)</b> a estruturação de sistema de gestão ambiental de social (SGAS), incluindo mecanismos de queixas e manifestações (MQM). Alternativamente, <b>exigir (ou incentivar)</b> a adaptação de um canal de denúncias ou ouvidoria.</li> <li>▪ Criar condicionantes para desembolsos, e.g., marcos em que as ações A&amp;S e de DH são exigidas.</li> <li>▪ <b>Incluir cláusulas</b> que exigem o PCAS ou PAAS.</li> <li>▪ <b>Incluir cláusulas</b> que exigem divulgação indicadores A&amp;S e de DH.</li> <li>▪ <b>Incluir cláusulas</b> que especificam mecanismos de monitoramento, avaliações e auditorias externas.</li> </ul>
<b>Baseado em relacionamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Pontue formalmente</b> um problema ou preocupação com um terceiro (ou outro ator) para aumentar a conscientização e, potencialmente, aumentar a influência interna dos defensores internos do terceiro (ou outro ator).</li> <li>▪ <b>Incentive o diálogo</b> entre a liderança da organização parceira e a equipe de gerenciamento A&amp;S do terceiro para discutir os problemas e preocupações.</li> </ul>
<b>Perícia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Conhecer os problemas:</b> atuar como uma fonte de informação e conhecimento para o parceiro, ajudando-o a identificar normas e padrões relevantes na sua operação.</li> <li>▪ <b>Conhecer as melhores práticas:</b> ser capaz de ajudar o parceiro a identificar e implementar ações responsivas apropriadas para prevenir ou gerenciar um impacto adverso.</li> <li>▪ <b>Capacitar os parceiros:</b> capacitar as organizações parceiras para se tornarem multiplicadoras de questões A&amp;S e de DH por meio treinamentos, produtos de conhecimento ou recursos.</li> <li>▪ <b>Envolver-se com as partes interessadas afetadas:</b> entender melhor as expectativas e organizações representativas confiáveis (particularmente de partes interessadas afetadas localmente mais vulneráveis ou de PICTAFs)</li> </ul>

Colaborativo	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Envolver doadores:</b> cobrar a adoção dos padrões aplicáveis e condicionar a doação de recursos às melhores práticas A&amp;S e de DH.</li><li>▪ <b>Envolver o poder público:</b> incluir, quando relevante, na obrigação de fazer ou quando identificada a necessidade de alteração no arcabouço legal para que se possa incentivar a atuação sobre impactos adversos</li><li>▪ <b>Colaborar com atores locais:</b> entender conjuntamente os problemas e desenvolver de forma participativa mobilizar as comunidades para realizar ou cobrar a realização de ações para resolver as questões.</li></ul>
--------------	--

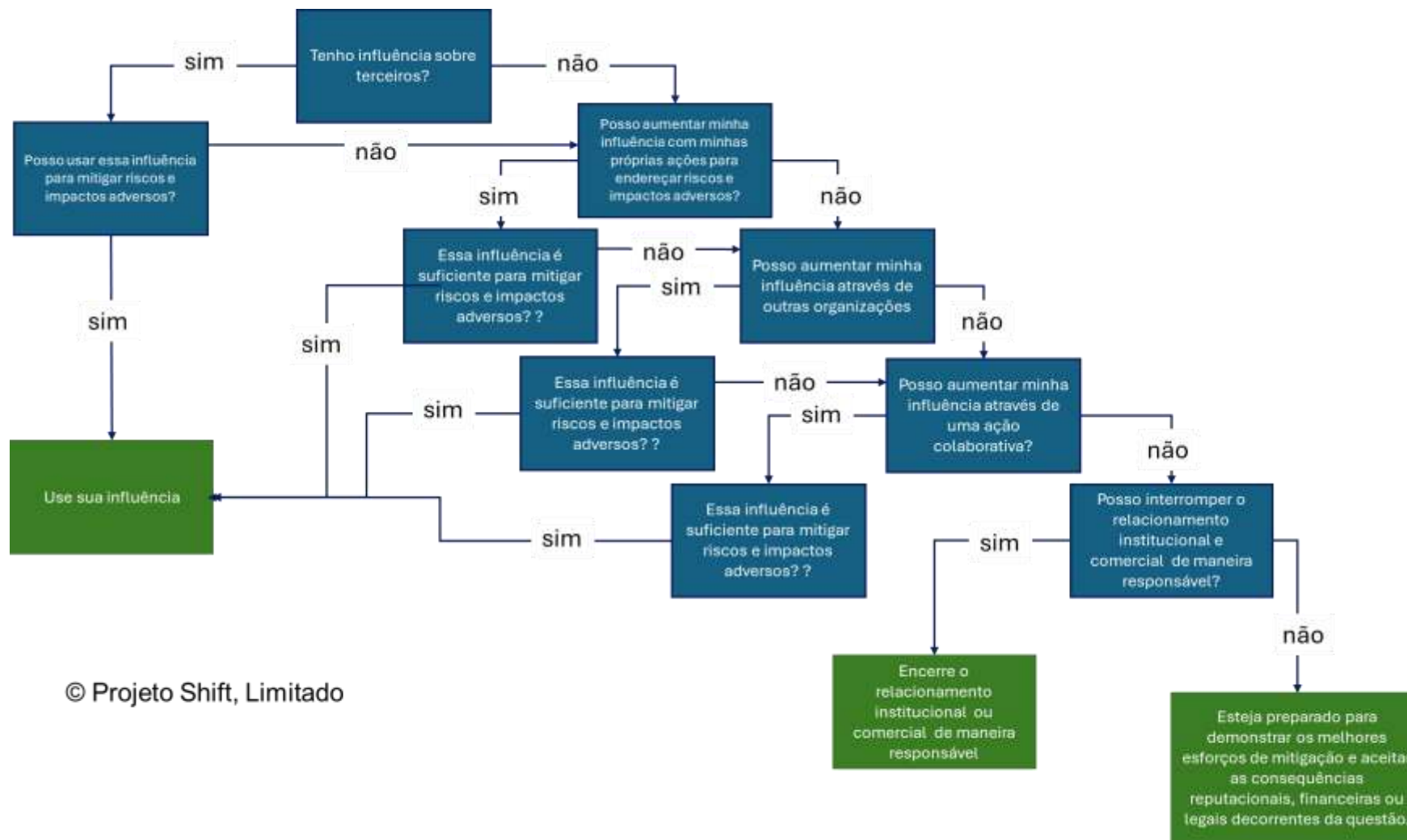
Ações indicadas no quadro 5 acima podem ser adaptadas, como indicadores que indiquem a conclusão de ações vinculadas ao aumento ou construção de influência sobre terceiros no PAAS.

Nos casos em que a organização parceira não tem influência para prevenir ou reparar impactos adversos, e/ou é incapaz de aumentar sua influência, ela deve considerar recorrer a especialistas para decidir como responder ao impacto adverso mapeado.

Nos casos em que a organização parceira tem "vinculação" a impactos adversos e seus esforços para usar ou construir influência não são bem-sucedidos, a organização parceira deve considerar a saída responsável.

Caso contrário, a organização parceira precisa se preparar para fortes críticas ao relacionamento em andamento. Esse processo é ilustrado pela Árvore de Decisão de Influência apresentada na Figura 2

**Figura 2** Árvore de decisão de influência baseada no Projeto Shift<sup>10</sup>



© Projeto Shift, Limitado

<sup>10</sup> A Árvore de Decisão de Influência e partes deste anexo são baseadas em uma ferramenta dos UNGPs elaborada por uma cooperação entre KfW, SHIFT e The Landscapes and Livelihoods Group (TLLG).



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão o DDAS orientada pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas, a organização parceira deve:

- **Comunicar** às partes interessadas o seu entendimento sobre a sua responsabilidade no que diz respeito aos riscos e impactos adversos,
- **Dialogar**, conforme apropriado, com as partes interessadas que possam discordar da análise realizada, a fim de testar as conclusões do DDAS,
- **Confirmar** e testar sua análise com especialistas externos, conforme apropriado; e
- **Elaborar ou revisar o PAAS** considerando essas interações e orientações deste documento que integra o SGAS FAS.

### Resumo das orientações para descrever ações no PAAS

#### 1. Descrição do risco ou impacto adverso:

- **Clareza e objetividade:** Descrever o risco ou impacto de forma clara e concisa, utilizando linguagem acessível.
- **Especificidade:** Detalhar o que, onde, quando e como o risco ou impacto ocorre ou pode ocorrer.
- **Conexões:** Estabelecer a relação entre o risco ou impacto e as atividades da organização..

#### 2. Classificação do Impacto:

- **Tipo:** Identificar se o impacto é potencial, real, histórico, contextual, contínuo ou recorrente.
- **Natureza:** Classificar o impacto como ambiental, social ou relacionado a direitos humanos.
- **Gravidade:** Avaliar a magnitude do impacto, considerando seus efeitos a curto, médio e longo prazo.

#### 3. Partes envolvidas:

- **Responsabilidade da organização objeto do PAAS:** causa, contribuição ou vinculação da organização ao risco ou impacto.
- **Responsável principal:** Identificar quem causou ou pode causar o impacto adverso.
- **Partes interessadas:** Mapear todos os atores relevantes.
- **Partes afetadas:** Identificar as pessoas ou comunidades que podem ser afetadas pelo risco ou impacto.

#### 4. Definição das Ações:

- **Ações de proposta:** Detalhar as ações para prevenir, mitigar ou reparar o impacto
- **Tipo de ação:** Definir se a ação é crítica, inicial, condicionante, estruturante ou regular, de acordo com sua importância e urgência.
- **Objetivo:** Estabelecer o objetivo claro e mensurável de cada ação.
- **Responsabilidade:** Atribuir a responsabilidade pela execução de cada ação a uma organização, departamento ou unidade específica.
- **Prazo:** Definir um prazo realista para a conclusão de cada ação.
- **Recursos:** Estimar os custos e identificar as fontes de recursos para cada ação.



- **Condicionantes:** Estabelecer as consequências em caso de não cumprimento das ações.

#### 5. Monitoramento e Avaliação:

- **Indicadores de desempenho:** Definir indicadores e parâmetros para medir a efetividade das ações.
- **Frequência de monitoramento:** Pactuar uma frequência adequada para o acompanhamento das ações.
- **Reporte:** Estabelecer o padrão de relatório de resultados das ações para as partes interessadas

#### 6. Registro e documentação:

- **Registro:** Documentar todas as etapas do processo, desde a identificação dos riscos até a implementação das ações.
- **Evidências:** Coletar evidências da implementação e efetividade das ações.
- **Status:** Manter o plano de ação atualizado, incorporando novas informações e ajustando as ações conforme necessário.

## APÊNDICE A MODELO DO PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PAAS)

Descrição do risco de impacto adverso mapeado (potencial)	Natureza (ambiental, social ou sobre direitos humanos)	Tipo (crítica, inicial, condicionante, estruturante ou regular)	Principais padrões aplicáveis, instrumentos, documentos adicionais de salvaguarda	Responsabilidade do autor do PAAS (causa, contribuição ou vinculação)	Responsável principal (quem pode dar causa)	Partes interessadas	Partes potencialmente afetadas	Ações de proposta (prevenção, mitigação)	Responsável pela ação (Depto, unid.)	Custo estimado de cada ação	Fontes de recursos para cada ação	Prazo de conclusão de cada ação e pré-requisito para (prioritário)	Evidência de implantação e efetividade e documentação de cada ação	Status





Descrição do impacto adverso constatado (real)	Natureza (ambiental, social ou sobre direitos humanos)	Tipo (crítica, inicial, condicionante, estruturante ou regular)	Principais padrões aplicáveis, instrumentos, documentos adicionais de salvaguarda	Responsabilidade do autor do PAAS (causa, contribuição ou vinculação)	Responsável principal (quem deu causa)	Partes interessadas	Partes afetadas	Ações de propostas (mitigação, reparação, evitar recorrência)	Responsável pela ação (Depto, unid.)	Custo estimado de cada ação	Fontes de recursos para cada ação	Prazo de conclusão de cada ação e pré-requisito para (prior to)	Evidência de implantação e efetividade e documentação de cada ação	Status

